

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS: Em cumprimento ao que determina a legislação comercial e societária, bem como ao estatuto da Sociedade, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. A DIRETORIA.

BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 - MILHARES DE REAIS

ATIVO	Nota Explicativa	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	795	1.192
Contas a receber	6	4.458	4.247
Créditos receber consórcios	7	2.592	2.484
Impostos a recuperar		587	580
Adiantamentos concedidos	8	3.224	3.206
		11.656	11.709
Não Circulante			
Partes relacionadas	9	47.250	53.602
Depósitos Judiciais		544	432
Imobilizado	10	305	305
Intangível	11	38.613	38.613
		86.712	92.952
Total do ativo		98.368	104.661
Passivo e patrimônio líquido			
	Nota Explicativa	2020	2019
Circulante			
Fornecedores	12	8.131	8.023
Empréstimos e financiamentos		144	144
Obrigações sociais e trabalhistas	13	6.038	6.940
Obrigações tributárias	14	3.770	3.921
Parcelamentos Tributários	15	1.799	2.141
Obrigações a pagar consórcios	7	19.223	18.398
Outras Obrigações		362	398
		39.447	39.965
Não Circulante			
Parcelamentos Tributários	15	7.591	6.980
Partes relacionadas	9	4.228	4.228
Tributos Diferidos	16	1.036	1.029
Obrig. sociais e trabalhistas	13	18.639	18.639
Outras Obrigações		1.244	1.244
		32.738	32.120
Patrimônio Líquido			
Capital social	18	104.448	104.448
Prejuízo acumulado		(78.265)	(71.872)
		26.183	32.576
Total do passivo e patrimônio líquido		98.368	104.661

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 MILHARES DE REAIS

	Nota Explicativa	2020	2019
Receita operacional líquida	19	565	13.627
(-)Custo dos serviços prestados	20	(2.738)	(14.819)
Prejuízo bruto		(2.173)	(1.192)
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(3.270)	(3.556)
Despesas com pessoal		(426)	(1.160)
Outras receitas (desp). operac liq		-	(42)
Prejuízo antes do result. financ.		(5.869)	(5.950)
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras	21	(554)	(587)
Receitas financeiras	21	11	215
Prejuízo antes do result. financ.		(6.412)	(6.322)
Imposto de Renda e Cont. Social		-	-
Imposto de Renda e Cont. Social correntes		-	-
Prejuízo do Exercício		(6.412)	(6.322)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 MILHARES DE REAIS

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(6.412)	(6.322)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resul. abrangente totais dos exercícios	(6.412)	(6.322)

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 MILHARES DE REAIS

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(6.412)	(6.322)
Ajustes p/ reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Tributos diferidos	7	-
	(6.405)	(6.322)
(Aumento)/redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	(211)	6.550
Créditos a receber de consórcio	(108)	(23)
Imposto a recuperar	(7)	(30)
Adiantamentos concedidos	(18)	(42)
Depósitos judiciais	(112)	(8)
(Aumento)/redução nos passivos operacionais		
Fornecedores	108	104
Obrigações sociais e trabalhistas	(902)	(859)
Obrigações tributárias	(151)	72
Obrigações a pagar de consórcio	825	(4.200)
Outras obrigações	(17)	(21)
Caixa líq. aplicado nas ativ. operacionais	(6.998)	(4.779)
Fluxo de caixa das ativ. de investimentos		
Aquisição de imobilizado	-	657
Caixa líq. gerado pelas ativ. de Investimentos	-	(657)
Fluxo de caixa das ativ. de financiamentos		
Parcelamentos tributários	249	(673)
Partes relacionadas	6.352	5.235
Caixa líq. aplicado nas ativ. de financiamento	6.601	4.562
(Redução)/aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(397)	440
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	1.192	752
Caixa e equiv. de caixa no fim do exercício	795	1.192
(Redução)/aumento líq. do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(397)	440

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRÍM. LÍQUIDO P/ OS EXERC. FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (EM MILHARES)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Resultado do Exercício	Total
SalDOS em 31 de dez 2018	104.448	(65.550)	-	38.898
Prejuízo líq. do exerc.	-	-	(6.322)	(6.322)
Destinação p/ prej. acumulados	-	(6.322)	6.322	-
SalDOS em 31 de dez 2019	104.448	(71.872)	-	32.576
Prejuízo do exercício	-	-	(6.412)	(6.412)
Destinação p/ prej. acumulados	-	(6.412)	6.412	-
Outras mutações no patrim. líquido	-	19	-	19
SalDOS em 31 de dez de 2020	104.448	(78.265)	-	26.183

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINIST. ÀS DEMANDAS CONTÁBEIS EM 31 DE DEZ DE 2020

1 - Contexto Operacional - A EIT Construções S.A. (Em Recuperação Judicial) (a "Sociedade"), sociedade anônima, constituída em 23 de março de 2011, tem como principal atividade a construção de rodovias e ferrovias. A Sede da Sociedade está localizada na Rua Gerardo Pereira de Melo, Nº 1020 sala 04, Bairro Juazeiro - Jaguaruana, Estado do Ceará. **Pandemia do COVID-19** - Considerando o contexto da pandemia referente a COVID-19, a Sociedade manteve as práticas adotadas no ano anterior, mantendo medidas mitigadoras, buscando a normalidade no atendimento aos clientes, a preservação da saúde e o bem-estar de colaboradores diretos e indiretos. No momento, parcela expressiva dos colaboradores seguem em rotina de trabalho remoto (home office). A Sociedade passou a monitorar e oferecer todo suporte às pessoas com quadro indicativo da doença, restringir fortemente viagens. A Sociedade se adaptou rapidamente a uma nova realidade de negócios e operações e continua atento a novas necessidades que se apresentem diante como decorrência deste momento ímpar para a humanidade. Apesar de todos os importantes avanços na agenda de valor da Sociedade, o exercício de 2021 impôs também grandes desafios à condução dos negócios e às operações, em função do contexto trazido pela pandemia da COVID-19. Neste contexto desafiador, a Sociedade norteou todas as

ações pelos princípios de Consciência, Responsabilidade e Solidariedade. Adicionalmente, a Sociedade vem acompanhando atentamente os impactos da COVID-19 sobre a atividade econômica. A Sociedade não identificou, até o momento, impactos materiais relacionados ao COVID-19.

Recuperação judicial (Assembleia Geral de Credores) - A empresa EIT Construções S/A requereu e obteve o deferimento do processamento de sua Recuperação Judicial em 14 de abril de 2016, processo de número 0005231- 74.2016.8.06.0108, em trâmite no Juízo da Comarca de Jaguaruana - CE. Apesar do tempo decorrido, até a data de conclusão das demonstrações contábeis, o Plano de Recuperação Judicial apresentado tempestivamente pela empresa não foi submetido à Assembleia Geral de Credores ("AGC"), por motivos alheios à empresa, não tendo esta qualquer culpa pela demora da conclusão do processo recuperacional. Convém esclarecer que o stay period, prazo de suspensão das execuções contra a empresa em recuperação, concedido pela Lei 11.101/2005, artigo 6º, para as empresas que têm o processamento da Recuperação Judicial deferido, foi prorrogado por decisão judicial, até 10 (dez) dias depois da realização da Assembleia Geral de Credores.

Aprovação das demonstrações contábeis - As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 19 de setembro de 2022.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) - As demonstrações contábeis da Sociedade, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

2.2. Base de elaboração - As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis descritas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor nominal das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação - Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis são apresentadas em reais - R\$ (milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais práticas contábeis

a) Instrumentos financeiros ativos

Classificação – Ativos e passivos financeiros Contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais - O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos, em função dos saldos de contas a receber não serem pulverizados, sendo concentrado principalmente em clientes do mercado interno.

Compensação de instrumentos financeiros - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo, acrescido dos juros auferidos. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

c) Contas a receber - Avaliadas pelo montante original dos serviços prestados, deduzidas da Provisão para perdas estimadas, a qual é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. A Administração da Sociedade efetua análises individuais de sua carteira de recebíveis para determinação dos valores de liquidação duvidosa. A provisão é considerada suficiente para a cobertura de eventuais prejuízos na realização de valores a receber de clientes, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados.

d) Demais contas a receber e a pagar - Apresentadas ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

e) Imobilizado - As edificações, os móveis e utensílios, as máquinas e os equipamentos e os veículos, caminhões e outros estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Atualmente todo o Ativo Imobilizado da Sociedade encontra-se totalmente depreciado, não havendo registro de depreciação no exercício corrente.

f) Redução ao valor recuperável de ativos - O imobilizado e outros ativos não circulantes, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

g) Provisão para riscos trabalhistas e tributários - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos riscos ativos e passivos são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

(i) Ganhos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como certo;

(ii) Riscos passivos - são provisionados levando em conta a opinião dos consultores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas nas demonstrações contábeis; as classificadas como perda remota não requerem provisão nem divulgação.

h) Empréstimos e financiamentos, provisões e outros passivos circulantes e não circulantes - Os empréstimos e financiamentos bancários são contabilizados inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados líquidos dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido ("pro rata temporis"). As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

i) Reconhecimento da receita - A Sociedade avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita:

- * Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
- * Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
- * Determinar o preço de cada tipo de transação;
- * Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos;
- * Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A Sociedade analisou a sua principal receita que é a prestação de serviço de construção de rodovias e ferrovias.

j) Imposto de renda e contribuição social - As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Sociedade atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas declarações de Impostos de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os Impostos de Renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

k) Gestão de riscos - financeiros

Fatores de risco financeiro - As atividades da Sociedade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Sociedade se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Sociedade. A gestão de risco é realizada pela alta administração da Sociedade, segundo as políticas aprovadas pelos quotistas. A alta administração da Sociedade identifica, avalia e protege a Sociedade contra eventuais riscos financeiros.

Risco de taxa de juros - O risco de taxa de juros da Sociedade decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Sociedade ao risco de taxa de juros e a saúde do seu fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Sociedade ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Ao longo dos últimos anos a Sociedade vem reduzindo o volume de empréstimos, a qual entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Risco de crédito - O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A Administração da Sociedade avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em

consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. **Risco de liquidez** - A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Sociedade. A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Sociedade, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. **l) Uso de estimativas** - A elaboração das demonstrações contábeis, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Sociedade prepare estimativas e adote premissas que podem afetar o valor de ativos e passivos e a divulgação de ativos e passivos contingentes, assim como os valores de receitas e despesas. As contas que usualmente requerem o uso de estimativas são: (i) provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa; (ii) vida útil estimada do imobilizado; (iii) provisão para redução ao valor recuperável dos ativos - "impairment"; (iv) provisão para riscos trabalhistas e tributários; e (v) projeções de lucros tributáveis futuros para determinação do imposto de renda e da contribuição social diferidos. Os valores reais podem diferir daqueles estimados. A Sociedade revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente. **m) Alterações e interpretações do CPC PME R1** - Não estão previstas alterações no CPC PME R1 com impactos retrospectivos e prospectivos em relação a essas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e a partir de 1º de janeiro de 2021 até a presente data.

4. Instrumentos financ. por categoria

	2020	2019
Custo amortizado		
<i>Ativos, conforme o balanço patrimonial</i>		
Caixa e equivalentes de caixa	795	1.192
Contas a receber	4.458	4.247
Créditos a receber de consórcio	2.592	2.484
Partes relacionadas ativas	47.250	53.602

Custo amortizado

Passivos, conforme o balanço patrimonial

	2020	2019
Fornecedores	8.131	8.023
Empréstimos e financiamentos	144	144
Obrigações sociais e trabalhistas	24.677	25.579
Obrigações tributárias	3.770	3.921
Parcelamentos tributários	9.370	9.121
Partes relacionadas	4.228	4.228

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa	152	125
Conta Corrente	11	4
Aplic. financeiras de liquidez imediata	632	1.063
	795	1.192

As disponibilidades da Sociedade são representadas por caixa em espécie e contas correntes com bancos de primeira linha, necessárias para uso normal em suas operações.

6. Contas a receber

	2020	2019
Construção de rodovias e ferrovias	4.458	4.247
	4.458	4.247

A Sociedade avalia a necessidade de provisão para perdas de créditos substancialmente através de análise periódica e individual dos títulos em atraso, alinhado ao índice de perdas históricas destes créditos. Em 31 de dezembro de 2020, a Administração entende que não há risco de perdas em suas contas a receber.

7 - Consórcios

	2020	2019
<i>Créditos a receber de consórcio</i>		
Barragem freiteiras	129	21
Cinturão das águas	2.123	2.123
Tucunduba	63	63
Saneamento Upanema	277	277
	2.592	2.484

	2020	2019
<i>Obrigações a pagar de consórcio</i>		
Rio cocó	1.967	1.967
Edeconsil	7.655	7.655
BRT Belém	8.724	7.899
Avenida independência	877	877
	19.223	18.398

São créditos a receber e obrigações a pagar de consórcios as quais a Sociedade é parte envolvida nos projetos desenvolvidos.

8 - Adiantamentos concedidos

	2020	2019
Adiantamentos salariais	2.308	2.251
Adiantamentos a fornecedores	916	955
	3.224	3.206

9 - Partes relacionadas

	2020	2019
<i>Partes Relacionadas ativas</i>		
EIT - Emp. Indust. Téc. S/A (em recup.jud)	47.250	53.062
	47.250	53.062

Partes Relacionadas passivas

	2020	2019
Geraldo Cabral Rôla Filho	91	91
Cia Industrial e Técnica do Maranhão Citema	4.137	4.137
	4.228	4.228

São créditos a receber e débitos a pagar com partes relacionadas decorrentes de transferência de recursos financeiros com obrigação de devolução futura.

10. Imobilizado

	Taxa de Depreciação %	custo	2020 depreciação acumul.	Valor Líquido	2019
Terrenos	10	305	-	305	305
Máquinas e equipam.	10	7.117	(7.117)	-	-
Veículos	20	2.661	(2.661)	-	-
Móveis e utensílios	10	1.345	(1.345)	-	-
Computad. e periféricos	20	295	(295)	-	-
Peças e ferramentas	10	63	(63)	-	-
		11.786	(11.481)	305	305

11. Intangível - Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 38.613 (R\$ 38.613 em 31 de dezembro de 2019) se trata de atestado de capacidade técnica e operacional de realização de obras em que a Sociedade obtenha o direito efetivo da prestação de serviços. A Sociedade avalia periodicamente o Ativo intangível e entende que não há indícios de desvalorização do mesmo, não havendo amortização do saldo.

12. Fornecedores - A Sociedade possui uma carteira de fornecedores pulverizada que está representada substancialmente por fornecedores relacionados a prestação de serviços e aquisição de peças, máquinas, veículos e ferramentas. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existe concentração ou relação de dependência de fornecimento de materiais e/ou serviços para com terceiros.

13 - Obrigações sociais e trabalhistas

	2020	2019
Reclamações trabalhistas (a)	9.542	9.542
Salários e ordenados	2.982	2.908
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	3.646	3.515
FGTS - Fundo de Gar. Tempo de Serviço	5.543	6.060
Férias	2.759	2.796
Contribuição sindical	147	147
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	58	611
	24.677	25.579
Circulante	6.038	6.940
Não Circulante	18.639	18.639

(a) São débitos trabalhistas assumidos em juízo para cumprimento do processo de recuperação judicial.

14 - Obrigações tributárias

	2020	2019
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	127	148
ISS - Imp. sobre Serv. Qualquer Natureza	142	136
IRPJ - Imp. sobre a Renda pessoas Jurid.	637	637
COFINS - Cont. p/ o Financ. Segur. Social	1.220	1.103
PIS - Programa de integração social	262	237
CSLL - Cont. social sobre o lucro líquido	104	104
CPRB - Cont. Prev. sobre a Receita Bruta	1.223	1.223
Outras obrigações tributárias	55	333
	3.770	3.921

15 - Parcelamentos tributários

	2020	2019
Previdenciários	2.980	3.237
Federais	6.390	5.884
	9.370	9.121
Circulante	1.779	2.141
Não circulante	7.591	6.980

16- Trinutos diferidos

	2020	2019
COFINS - Cont. p/ o Financ. Segur. Social	230	224
PIS - Programa de integração social	50	49
CPRB - Cont. Previd. sobre a Rec. Bruta	756	756
	1.036	1.029

17. Provisão para contingências - A Sociedade efetua periodicamente a revisão de seus processos judiciais com base em fundamentos jurídicos. Esta revisão objetiva classificar as provisões para riscos segundo as chances de ocorrência de sua exigibilidade entre as alternativas de prováveis, possíveis e remotas, levando em consideração as análises de seus assessores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2020, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração entende não haver

contingências prováveis de perdas para fazer face a reconhecimento de provisões em suas demonstrações contábeis, bem como não há causas possíveis de perdas para divulgação. **18. Capital social** - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da Sociedade é de R\$ 104.448, totalmente integralizado.

	Particip. %	2020	2019
Eit Empresa Industrial Tecnica S.A. - Em Recuperação Judicial	100%	104.448	104.448
	100%	104.448	104.448

19. Receita operacional líquida

	2020	2019
Construção de rodovias e ferrovias	731	14.828
COFINS - Cont. p/ o Financ. Segur. Social	(22)	(415)
PIS - Programa de integração social	(5)	(90)
ISS - Imp. sobre serv. de qualquer natureza	(139)	(696)
	565	13.627

20. Custos e despesas operacionais - por natureza

A Sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas e custos com base nas suas funções. As informações sobre a natureza desses gastos reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2020	2019
Custo dos serviços prestados	(2.738)	(14.819)
Combustíveis e lubrificantes	(33)	(38)
Uso e consumo	(33)	(4)
Locação de veículos e equipamentos	(29)	(27)
Aluguéis	(36)	(45)
Serviços de terceiros	(2.999)	(3.063)
Tributárias	(60)	(47)
Outras despesas gerais e administrativas	(80)	(332)
	(6.008)	(18.375)
(-) Custo dos serviços prestados	(2.738)	(14.819)
Despesas gerais e administrativas	(3.270)	(3.556)

21. Resultado financeiro

	2020	2019
<u>Despesas</u>		
Juros e multas de mora	(547)	(579)
Despesas bancárias	(7)	(8)
	(554)	(587)
<u>Receitas</u>		
Descontos obtidos	4	2
Rendimentos de aplicações financeiras	7	213
	11	215
Resultado financeiro líquido	(543)	(372)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Quotistas e Administradores da Eit Construções S.A. (Em Recuperação Judicial) Jaguaruana - Ce. **Abstenção de opinião** - Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis da Eit Construções S.A. (Em Recuperação Judicial) ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis aplicáveis as pequenas e médias empresas. Não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis da Eit Construções S.A. (Em Recuperação Judicial) ("Sociedade"), pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações

contábeis. **Base para abstenção de opinião - Ausência de confirmação ou verificação por meios alternativos de saldos registrados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado** - Não foi possível confirmar ou verificar por meios alternativos os saldos registrados nas rubricas de contas a receber, créditos a receber de consórcio, adiantamentos concedidos, intangível, empréstimos e financiamentos, obrigações sociais e trabalhistas, obrigações tributárias, parcelamentos tributários e obrigações a pagar de consórcio incluídos no balanço patrimonial no valor total de R\$ 4.458 mil, R\$ 2.592 mil, R\$ 3.224 mil, R\$ 38.613 mil, R\$ 144 mil, R\$ 24.677 mil, R\$ 3.770 mil, R\$ 9.370 mil e R\$ 19.223 mil em 31 de dezembro de 2020, respectivamente (R\$ 4.247 mil, R\$ 2.484 mil, R\$ 3.206 mil, R\$ 38.613 mil, R\$ 144 mil, R\$ 25.579 mil, R\$ 3.921 mil, R\$ 9.121 mil e R\$ 18.398 mil em 31 de dezembro de 2019, respectivamente). Adicionalmente, não foi possível confirmar ou verificar por meios alternativos o saldo registrado na rubrica de receita operacional líquida incluído na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 565 mil (R\$ 13.627 mil em 31 de dezembro de 2019). Em decorrência desses assuntos, não foi possível determinar se há necessidade de efetuar ajustes em relação aos saldos registrados no balanço patrimonial, assim como aos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data. **Ausência de respostas de confirmações de assessores jurídicos externos** - Até da data de conclusão dos nossos trabalhos, não recebemos as confirmações dos assessores jurídicos externos da Sociedade acerca dos saldos e processos judiciais da Sociedade na data-base de 31 de dezembro de 2020. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se há necessidade de efetuar ajustes em relação ao saldo de provisão para contingência no balanço patrimonial, assim como aos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data. **Plano de recuperação judicial** - De acordo com a nota explicativa nº 01 às demonstrações contábeis, em 14 de abril de 2016, foi deferido o processo de recuperação judicial, ação de número 0005231-74.2016.8.06.0108, em trâmite no Juízo da Comarca de Jaguaruana - CE. Apesar de o Plano de Recuperação Judicial ("Plano") ter sido deferido, a aprovação pela Assembleia Geral de Credores ("AGC") não havia sido realizada até a data de conclusão dos nossos trabalhos. Consequentemente, não foi possível concluirmos se a utilização do pressuposto de continuidade operacional, base para a elaboração dessas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, é apropriado, nem tampouco quais seriam os efeitos sobre os saldos dos ativos, passivos e nos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa caso as demonstrações contábeis não fossem preparadas considerando esse pressuposto. **Ênfase - Operação com partes relacionadas** - Conforme mencionado na Nota Explicativa nº9, chamamos à atenção para o fato de a Sociedade manter operações relevantes com partes relacionadas. Essas operações foram efetuadas de acordo com os termos específicos acordados entre a Administração da Sociedade e essas partes relacionadas, consequentemente os resultados dessas operações poderiam ser diferentes, caso tivessem sido efetuadas como partes não relacionadas. Portanto, as demonstrações contábeis referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Outros assuntos - Auditoria do exercício anterior** - As demonstrações contábeis da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram opinião modificada em 21 setembro de 2020, sobre os saldos de contas a receber, partes relacionadas e intangível. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Fortaleza, 19 de setembro de 2022.

Geraldo Cabral Rôla Filho - Diretoria
Romélia Maria Pinto Rôla - Diretoria

Juliana Aguiar Bezerra Esteves - Contadora
CRC-CE 015482/O-9

EIT CONSTRUÇÕES S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
CNPJ - 13.424.192/0001-05

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS: Em cumprimento ao que determina a legislação comercial e societária, bem como ao estatuto da Sociedade, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. A DIRETORIA.

BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - MILHARES DE REAIS)

ATIVO	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	160	795
Contas a receber	6.725	4.458
Créditos receber consórcios	-	2.592
Tributos a recuperar	517	587
Adiantamentos concedidos	-	3.225
	7.402	11.657
Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
Dir. sub-rogados a receber	43.499	43.499
Débitos pessoas ligadas	-	3.750
Depósitos Judiciais	544	544
Imobilizado	310	305
Intangível	38.613	38.613
	82.966	86.712
Total do ativo	90.369	98.368
Passivo e patrimônio líquido		
	2021	2020
Circulante		
Fornecedores	7.554	8.131
Empréstimos e financiamentos	-	144
Débitos de Consórcios	16.194	19.223
Obrigações sociais e tributárias	9.970	11.949
	33.719	39.447
Não Circulante		
Crédito pessoas ligadas	954	4.228
Outros valores a pagar	5.381	1.244
Obrig. sociais e tributárias	25.378	27.266
	31.713	32.738
Patrimônio Líquido		
Capital social	104.448	104.448
Prejuízo acumulado	(79.511)	(78.265)
Total do patrimônio líquido	24.937	26.183
Total do Passivo	90.369	98.368

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULT. EXERC. FNDOS EM 31 DE DEZ DE 2021 - MILHARES DE REAIS)

	2021	2020
Receita operacional líquida	4.383	565
Custo dos serviços prestados	(1.350)	(2.738)
Lucro bruto	3.032	(2.173)
Despesas/Receitas		
Despesas administrativas	(3.946)	(3.270)
Despesas tributárias	(20)	(426)
Prejuízo antes do result. financ.	(934)	(5.869)
Receitas financeiras	16	11
Despesas financeiras	(328)	(554)
Prej. líq. do exercício	(1.246)	(6.412)
Quotas em circ. no final do exerc. em reais	104.448	104.448
Prej. líq. por quotas do capital social no fim do exercício - R\$	(0,01)	(0,06)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	2021	2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(1.246)	(6.412)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resul. abrangente do exercício	(1.246)	(6.412)

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIOS FNDOS EM 31 DE DEZ. 2021 MILHARES DE REAIS)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(1.246)	(6.412)

Ajustes p/ reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

Tributos diferidos	-	7
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	(1.246)	(6.405)
Contas a receber	(2.267)	(211)
Créditos a receber de consórcio	2.592	(108)
Imposto a recuperar	70	(7)
Adiantamentos concedidos	3.225	(18)
Depósitos judiciais	(1)	(112)
(Aumento)/redução nos passivos operacionais		
Fornecedores	(577)	108
Obrigações sociais e trabalhistas	(4.631)	(902)
Obrigações tributárias	764	(151)
Obrigações a pagar de consórcio	(3.029)	825
Empréstimos e financiamentos	(144)	-
Outras obrigações	4.137	(17)
Caixa líq. aplicado nas ativ. operacionais	(1.106)	(6.998)

Fluxo de caixa das ativ. de investimentos

Aquisição de imobilizado	(5)	-
Caixa líq. gerado pelas ativ. de Investimentos	(5)	-

Fluxo de caixa das ativ. de financiamentos

Parcelamentos tributários		249
Partes relacionadas	477	6.352
Caixa líq. aplicado nas ativ. de financiamento	477	6.601
Aumento líquido (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(635)	(397)
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	795	1.192
Caixa e equiv. de caixa no fim do exercício	160	795
Aumento líq. (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(635)	(397)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DEZ 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

	Reservas de lucros			Lucro/ prej. Acum.	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Ret. de lucros		
Saldos em 31 de dezembro 2018	104.448	326	27.230	(93.150)	38.855
Prejuízo do exercício	-	-	42	(6.314)	(6.272)
Reserva legal	-	-	-	-	-
Res. de ret. de lucros	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dez 2019	104.448	326	27.272	(99.464)	32.584
Prejuízo do exercício	-	-	11	(6.412)	(6.401)
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Res. de ret. de lucros	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dez 2020	104.448	326	27.283	(105.875)	26.183
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.247)	(1.247)
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Res. de ret. de lucros	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dez 2021	104.448	326	27.283	(107.122)	24.937

NOTAS EXPLICATIVAS DO DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. Contexto operacional - EIT Construções S.A. Em Recuperação Judicial ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Jaguaruana, Estado do Ceará, e tem como objetivo social, a atuação em todos os ramos da engenharia. 1.1 - Recuperação Judicial: No início do mês de abril de 2016, a empresa ingressou com pedido de processamento de Recuperação Judicial, processo de número 0005231-74.2016.8.01.0108, com tramitação perante a 1ª Vara Empresarial, de Recuperação Judicial e Falência do Estado do Ceará, em Fortaleza - CE. 1.2 - PERT: No ano de 2017 a empresa fez a adesão ao PERT no âmbito da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional As demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 04 de abril de 2022. **2. Resumo das práticas contábeis** - As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária. As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações

Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2.1. Moeda funcional** - As demonstrações financeiras foram elaboradas em milhares de Reais, moeda funcional, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2.2. Base de mensuração** - As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado; Contingências; Investimentos. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Ativos financeiros - 2.4.1. Classificação** - A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial da contratação. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “Contas a receber de clientes”, e “Caixa e equivalentes de caixa” (Notas 2.5, e 2.3). **2.4.2. Reconhecimento e mensuração** - Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.4. Impairment de ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). **2.5 Contas a receber de clientes** - Contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação dos serviços executados até a data das demonstrações financeiras, ainda que representem valores parciais de contratos de obras em execução naquelas datas. São registradas ao valor justo e classificadas como Contas a receber de clientes, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotados em mercado ativo. Subsequentemente, é mensurado pelo custo amortizado menos a provisão para risco de crédito (impairment). A Provisão para riscos de crédito é calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos. Em função da análise descrita, não houve necessidade de constituição de provisão. **2.6 Consórcios** - De acordo com o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto as participações em consórcios são classificadas como operação em conjunto e consequentemente têm seus ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidas linha a linha nas contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação no consórcio.

Os Consórcios dos quais a companhia participa:

Consórcio	Líder/Sócia	% Participação
Consórcio EIT – Edeconsil – PB	Líder	33,34%
Consórcio BRT Belém	Líder	50,00%
Consórcio Barragem Fronteiras	Sócia	50,00%

2.7 Direitos sub-rogados a receber - Decorrentes, substancialmente, de direitos sobre processos judiciais de discussão administrativa e direitos sobre contas a receber sub-rogados pela Controladora EIT Empresa Industrial Técnica S.A., conforme Laudo de Avaliação elaborado por peritos independentes.

2.8 Demais ativos circulantes e não circulantes - Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. **2.9 Intangível** - Decorrente a transferências de acervos técnicos documentais, conforme Laudo dos peritos independentes. **2.10 Imobilizado** - Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. As depreciações são reconhecidas com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. A vida útil dos ativos imobilizados é avaliada anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo. **2.11 Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.12. Provisões** - As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. **2.13. Demais passivos circulantes e não circulantes** - Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços. **2.14. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido** - A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Impostos correntes - A Companhia adota, como facultado pela legislação fiscal vigente, o regime de caixa para apuração do resultado decorrentes de serviços prestados a órgãos públicos, sendo o resultado apurado utilizado na determinação do lucro tributável. A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é calculada com base nas alíquotas vigentes. (a) Impostos diferidos - O Imposto de Renda e a Contribuição Social não vêm sendo calculados devido aos prejuízos fiscais recorrentes, o PIS e a COFINS são diferidos em decorrência das diferenças temporárias apuradas entre o regime de caixa adotado fiscalmente e o regime de competência contábil e são registrados no ativo ou passivo não circulante, de acordo com o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. **2.15. Reconhecimento das receitas** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. A receita de contratos de construção é reconhecida levando-se em conta o estágio de execução de cada contrato na data-base das demonstrações contábeis, apurado por meio de medições técnicas. públicos, onde a Administração da Companhia entende que os valores são realizáveis, uma vez que se trata de contratos firmados através de licitações com órgãos públicos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	140	152
Conta Corrente	20	643
	160	795

4. Contas a receber de clientes

	2021	2020
Faturas a receber	6.725	4.458
Medições a faturar	-	-
	6.725	4.458

5. Direitos sub-rogados a receber

	2021	2020
Contas a receber	21.921	21.921
Precatórios Derba	21.578	21.578
Circulante	-	21.922
Não circulante	43.499	21.578

Decorrentes, substancialmente, de direitos sobre processos judiciais em discussão administrativa e direitos de contas a receber onde em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são representados pelos valores de R\$ 21.578 e R\$ 21.578, respectivamente.

6. Tributos a recuperar

	2021	2020
Receita Federal - IRRF	517	488
Previdência Social - INSS	-	99
Circulante	517	587

7. Imobilizado

	Taxa de Depreciação %	2021 depreciação custo	2021 depreciação acumul.	Valor Líquido	2020 Líquido
Terrenos	0	305	-	305	305
Máquinas e equipam.	10	-	-	-	-
Veículos	20	-	-	-	-
Móveis utens. instalações	10	-	-	-	-
Equipam. Informática	20	301	296	5	-
Edificações	4	-	-	-	-
Imobilizado líquido		606	296	310	305

8. Intangível

	2021	2020
Acervos técnicos e documentais	38.613	38.613
	38.613	38.613

Refere-se a transferência de acervos técnicos documentais conforme laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

9. Obrigações sociais e tributárias

	2021	2020
Obrig. sociais corrente e parcelamentos		
Salários e férias	16.174	15.430
Previdência Social (INSS)	1.781	3.646
Fundo de Gar. Tempo de Serviço - FGTS	5.209	5.543
Outros	-	-
Obrig. sociais corrente e parcelamentos		
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	365	185
Cont. p/ o Financ. Segur. Social - COFINS	4.054	1.220
Programa de integração social - PIS	876	262
Contribuição CPRB	3.173	1.223
Imp. sobre a Renda pessoas Jurid. - IRPJ	1.884	637
Contribuição social sobre o lucro líq. - CSLL	629	104
Imp. sobre Serv. Qualquer Natureza - ISS	154	142

Tributos diferidos

Programa de integração social - PIS	52	50
Cont. p/ o Financ. Segur. Social - COFINS	241	104
Contribuição CPRB	756	756
	35.348	29.302

Circulante

	9.970	11.587
Não Circulante	25.378	26.230

10. Contingências - Contingências trabalhistas e cíveis - A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou relevante a constituição de provisão para cobrir as prováveis perdas por não haver ações em curso. Existem outros processos avariados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto sem mensuração com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. As declarações de renda dos últimos cinco exercícios estão sujeitas à revisão e apuração pelas autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

11. Patrimônio líquido - a) Capital social - A sociedade tem capital social no montante de R\$ 104.448, totalmente subscrito e integralizado, através da conferência de tangíveis e intangíveis e direitos a receber conforme laudos contábeis arquivados na Junta Comercial do Estado do Ceará, assim distribuídas:

	Quant. quotas	% Partic.	Valor Quotas R\$ mil
Eit Empresa Industrial Tecnica S.A. - Em Recuperacao Judicial	104.448.000	100	104.448
Total	104.448.000	100	104.448

12. Receita operacional líquida - A receita líquida apresentada na Demonstração de Resultados do Exercício foi formada com base na Receita Operacional Bruta Deduzida dos Encargos diretamente descontados sobre a mesma, conforme abaixo demonstrada:

	2021	2020
Receita operacional bruta	4.468	730
Deduções da receita bruta	(85)	(165)
Receita operacional líquida	4.383	565

13. Custos dos serviços prestados

	2021	2020
Mão de obra	(1.119)	(351)
Serviços de terceiros	(319)	(1.073)
Materiais de uso e consumo	(8)	(596)
Custos Gerais	(15)	(8)
Custo com obras consorciadas	(231)	(708)
	(2.062)	(2.738)

14. Despesas administrativas

	2021	2020
Mão de obra	(170)	(426)
Serviços de terceiros	(3.120)	(3.037)
Materiais de uso e consumo	(58)	(68)
Despesas Gerais	(618)	(175)
	(3.966)	(3.706)

15. Resultado Financeiro

	2021	2020
Despesas Financeiras		
Juros	(322)	(547)
Outros	(6)	(7)
	(328)	(554)
Receitas Financeiras	401	-
Juros	2	4
Descontos Obtidos	1	7
Outros	404	11
Resultado Financeiro líquido	76	(543)

16. Remuneração dos executivos - A remuneração dos executivos é composta por pró-labore.

17. Cobertura de seguros (não auditado) - A Companhia contratou seguros para proteção de seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da EIT Construções S.A. Jaguaruana CE.

Opinião com ressalva - Examinamos as demonstrações contábeis da EIT Construções S.A. (Em recuperação judicial), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EIT Construções S.A. (Em recuperação judicial), em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro. **Base para opinião com ressalva** - Não houve condições de concluir nossos exames de auditoria mesmo através de procedimentos alternativos sobre os valores constantes, em 31 de dezembro de 2021, nas seguintes contas contábeis: "Contas a receber de clientes" R\$ 6.725 mil, "Direitos sub-rogados a receber" R\$ 43.499 mil e "Ativo intangível" R\$ 38.613 mil, assim como, dos possíveis efeitos que poderiam advir no resultado do exercício e, consequentemente, no patrimônio líquido da Companhia, caso fosse efetuado algum ajuste na contabilidade. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles

internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** - Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparabilidade, foram auditados por outro auditor, que emitiram relatório datado de 19 de setembro de 2022. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossa responsabilidade é a de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas por base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamentos sempre mantendo absoluta cautela profissional no decorrer da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos a possibilidade de riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, atentando sempre para as evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco da auditoria não detectar distorção relevante causada por fraude é maior do que proveniente de erro, considerando que a fraude pode resultar do ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis adotadas e utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, se existe incertezas significativas relacionadas a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvidas significativas relacionadas à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtida até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das divulgações das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência da auditoria e comunicamos eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Fortaleza (CE), 16 de junho de 2023

Geraldo Cabral Rôla Filho - Diretoria
Romélia Maria Pinto Rôla - Diretoria

Juliana Aguiar Bezerra Esteves - Contadora
CRC-CE 015482/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS: Em cumprimento ao que determina a legislação comercial e societária, bem como ao estatuto da Sociedade, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. A DIRETORIA.

BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - MILHARES DE REAIS

ATIVO	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	106	160
Contas a receber	36.112	6.725
Créditos a receber consórcios	-	-
Tributos a recuperar	524	517
Outros créditos	445	-
	37.188	7.402
Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
Dir. sub-rogados a receber	38.860	43.499
Contas a receber	20.000	-
Depósitos Judiciais	-	544
Imobilizado	315	310
Intangível	38.613	38.613
	97.788	82.966
Total do ativo	134.976	90.369
Passivo e patrimônio líquido		
	2022	2021
Circulante		
Fornecedores	2.926	7.554
Débitos de Consórcios	16.098	16.194
Obrigações sociais e tributárias	8.076	9.970
	27.100	33.719
Não Circulante		
Crédito pessoas ligadas	11.274	954
Outros valores a pagar	5.381	5.381
Obrig. sociais e tributárias	17.960	25.378
	34.615	31.713
Patrimônio Líquido		
Capital social	104.448	104.448
Prejuízo acumulado	(31.187)	(79.511)
Total do patrimônio líquido	73.261	24.937
Total do Passivo	134.976	90.369

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULT. EXERC. FNDOS EM 31 DE DEZ DE 2022 - MILHARES DE REAIS

	2022	2021
Receita operacional Bruta	50.000	4.468
Imp. sobre vendas e outras deduções	(1.845)	(85)
Receita operacional líquida	48.155	4.383
Custo dos serviços prestados	(928)	(1.350)
Lucro bruto	47.228	3.032
Despesas/Receitas Operacionais		
Despesas administrativas	(2.902)	(3.946)
(-) Recuperação de despesas	4.125	-
Despesas tributárias	(14)	(20)
Lucro prejuízo op. antes do res. financ.	48.436	(934)
Receitas financeiras	8	16
Despesas financeiras	(17)	(328)
Lucro prej. líq. do exercício	48.427	(1.246)
Quotas em circ. no final do exerc. em reais	104.448	104.448
Prej. líq. por quotas do capital social no fim do exercício - R\$	0,46	(0,01)

DEMONSTRATIVOS DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	48.427	(1.246)
Prejuízo do exercício	48.427	(1.246)

Ajustes p/ reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

Tributos diferidos	-	-
	98.854	(1.246)
(Aumento)/redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	(29.387)	(2.267)
Créditos a receber de consórcio	-	2.592
Imposto a recuperar	(7)	70
Adiantamentos concedidos	(445)	3.225
	(29.840)	3.620

(Aumento)/redução nos passivos operacionais

Fornecedores	(4.628)	(577)
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.996)	(4.631)
Obrigações tributárias	-	764
Obrigações a pagar de consórcio	(96)	(3.029)
Empréstimos e financiamentos	-	(144)
Outras obrigações	-	4.137
Caixa líq. aplicado nas ativ. operacionais	(6.721)	(1.106)

Fluxo de caixa das ativ. de investimentos

Direitos sub-rogados a receber	4.639	-
Contas a receber	(20.000)	-
Depósitos Judiciais	544	-
Aquisição de imobilizado	(5)	(5)
	(14.822)	(5)

Parcelamentos tributários	(7.418)	-
Partes relacionadas	10.320	477
Caixa líq. aplicado nas ativ. de financiamento	2.902	477

Aumento líquido (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	160	795
Caixa e equiv. de caixa no fim do exercício	106	160

Aumento líq. (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DEZ 2022 (EM MILHARES DE REAIS)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Resultado do Exercício	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	104.448	326	27.230	(93.150)	38.855
Prejuízo do exercício	-	-	42	(6.314)	(6.272)
Reserva legal	-	-	-	-	-
Res. de ret. de lucros	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dez 2019	104.448	326	27.272	(99.464)	26.183
Prejuízo do exercício	-	-	11	(6.412)	(6.401)
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Res. de ret. de lucros	-	-	-	-	(1.247)
Saldo em 31 de dez 2020	104.448	326	27.283	(105.875)	24.937
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.247)	-
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Res. de ret. de lucros	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dez 2021	104.448	326	27.283	(107.122)	(48.342)
Prejuízo do exercício	-	-	-	48.427	(103)
Ajuste Exec. anteriores	-	-	-	(103)	-
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Res. de ret. de lucros	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dez 2022	104.448	326	27.283	(58.798)	-

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 MILHARES DE REAIS

	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	48.427	(1.246)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resul. abrangente do exercício	48.427	(1.246)

NOTA EXPLICATIVA DA ADMINISTRAÇÃO DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM DEZ 2022

1. Contexto operacional - EIT Construções S.A. Em Recuperação Judicial ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na

cidade de Jaguaruana, Estado do Ceará, e tem como objetivo social, a atuação em todos os ramos da engenharia. 1.1- Recuperação Judicial: No início do mês de abril de 2016, a empresa ingressou com pedido de processamento de Recuperação Judicial, processo de número 0005231-74.2016.8.01.0108, com tramitação perante a 1ª Vara Empresarial, de Recuperação Judicial e Falência do Estado do Ceará, em Fortaleza - CE. 1.2- PERT: No ano de 2017 a empresa fez a adesão ao PERT no âmbito da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria em 08 de maio de 2023. **2. Resumo das práticas contábeis** - As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária. As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2.1. Moeda funcional** - As demonstrações financeiras foram elaboradas em milhares de Reais, moeda funcional, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2.2. Base de mensuração** - As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: * Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado; * Contingências; * Investimentos.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Ativos financeiros - 2.4.1. Classificação** - A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial da contratação. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “Contas a receber de clientes”, e “Caixa e equivalentes de caixa” (Notas 2.5, e 2.3). **2.4.2. Reconhecimento e mensuração** - Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.4. Impairment de ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). **2.5 Contas a receber de clientes** - Contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação dos serviços executados até a data das demonstrações financeiras, ainda que representem valores parciais de contratos de obras em execução naquelas datas. São registradas ao valor justo e classificadas como Contas a receber de clientes, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotados em mercado ativo. Subsequentemente, é mensurado pelo custo amortizado menos a provisão para risco de crédito (impairment). A Provisão para riscos de crédito é calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos. Em função da análise descrita, não houve necessidade de constituição de provisão. **2.6 Consórcios** - De acordo com o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto as participações em consórcios são classificadas como operação em conjunto e consequentemente têm seus ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidas linha a linha nas contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação no consórcio.

Os Consórcios dos quais a companhia participa:

Consórcio	Líder/Sócia	% Participação
Consórcio EIT – Edeconsil –PB	Líder	33,34%
Consórcio BRT Belém	Líder	50,00%
Consórcio Barragem Fronteiras	Sócia	50,00%

2.7 Direitos sub-rogados a receber - Decorrentes, substancialmente, de direitos sobre processos judiciais de discussões administrativas e direitos sobre contas a receber sub-rogados pela Controladora EIT Empresa Industrial Técnica S.A., conforme Laudo de Avaliação elaborado por peritos independentes.

2.8 - Demais ativos circulantes e não circulantes - Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. **2.9 Intangível** - Decorrente a transferências de acervos técnicos documentais, conforme Laudo dos peritos independentes. **2.10 Imobilizado** - Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. As depreciações são reconhecidas com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. A vida útil dos ativos imobilizados é avaliada anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo. **2.11 Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.12. Provisões** - As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. **2.13. Demais passivos circulantes e não circulantes** - Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços. **2.14. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido** - A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Impostos correntes - A Companhia adota, como facultado pela legislação fiscal vigente, o regime de caixa para apuração do resultado decorrentes de serviços prestados a órgãos públicos, sendo o resultado apurado utilizado na determinação do lucro tributável. A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é calculada com base nas alíquotas vigentes. **(a) Impostos diferidos** - O Imposto de Renda e a Contribuição Social não vêm sendo calculados devido aos prejuízos fiscais recorrentes, o PIS e a COFINS são diferidos em decorrência das diferenças temporárias apuradas entre o regime de caixa adotado fiscalmente e o regime de competência contábil e são registrados no ativo ou passivo não circulante, de acordo com o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. **2.15. Reconhecimento das receitas** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções e dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. A receita de contratos de construção é reconhecida levando-se em conta o estágio de execução de cada contrato na data-base das demonstrações contábeis, apurado por meio de medições técnicas. públicos, onde a Administração da Companhia entende que os valores são realizáveis, uma vez que se trata de contratos firmados através de licitações com órgãos públicos.

3. Caixa e equivalentes de caixa			6. Tributos a recuperar					
	2022	2021		2022	2021			
Caixa	137		Receita Federal - IRRF	524	517			
Conta Corrente	(31)	140	Previdência Social - INSS	-	-			
	106	20	Circulante	524	517			
4. Contas a receber de clientes			7. Imobilizado					
	2022	2021		2022	2021			
Faturas a receber	6.112		Taxa de Depreciação %	custo	depre- ciação acumul.	Valor Líquido	2021 Líquido	
Medições a faturar	50.000	6.725						
	56.112	-	Terrenos	0	305	-	305	305
Circulante	-	6.725	Máquinas e equipam.	10	-	-	-	-
Não circulante	38.860	-	Veículos	20	-	-	-	-
		43.500	Móveis, utensílios e inst.	10	1.351	1.345	6	-
5. Direitos sub-rogados a receber			Equipam. Informática	20	301	297	4	5
	2022	2021	Edificações	4	-	-	-	-
Contas a receber			Imobilizado líquido	1.957	1.642	315	310	
Precatórios Derba	21.922	21.922	8. Intangível			2022	2021	
Circulante	16.938	21.578	Acervos técnicos e documentais			38.613	38.613	
Não circulante	-	-				38.613	38.613	
	38.860	43.500	Refere-se a transferência de acervos técnico documentais conforme laudo de avaliação emitidos por peritos independentes.					
Decorrentes, substancialmente, de direitos sobre processos judiciais em discussão administrativa e direitos de contas a receber onde em 31 de de dezembro de 2022 e 2021 são representados pelos valores de R\$ 16.938 e R\$ 21.578, respectivamente.								
9. Obrigações sociais e tributárias			10. Contingências - Contingências trabalhistas e cíveis - A					
	2022	2021	administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou relevante a constituição de provisão para cobrir as prováveis perdas por não haver ações em curso. Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto sem mensuração com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. As declarações de renda dos últimos cinco exercícios estão sujeitas à revisão e apuração pelas autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.					
Obrig. sociais corrente e parcelamentos			11. Patrimônio líquido - a) Capital social - A sociedade tem capital social no montante de R\$ 104.448, totalmente subscrito e integralizado, através da conferencia de tangíveis e intangíveis e direitos a receber conforme laudos contábeis arquivados na Junta Comercial do Estado do Ceará, assim distribuídas:					
Salários e férias	2.277	16.174		Quant.	%	Valor		
Previdência Social (INSS)	2.522	1.781	EIT Empresa Industrial Tecnica	quotas	Partic.	Quotas R\$		
Fundo de Gar. Tempo de Serviço - FGTS	5.217	5.209	S.A. - Em Recuperacao Judicial	104.448.000	100	104.448		
Outros	2.217	-	Total	104.448.000	100	104.448		
Obrig. sociais corrente e parcelamentos			13. Custos dos serviços prestados					
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	203	365		2022	2021			
Cont. p/ o Financ. Segur. Social - COFINS	2.520	4.054	Mão de obra	(365)	(1.119)			
Programa de integração social - PIS	542	876	Serviços de terceiros	(319)	(689)			
Contribuição CPRB	3.173	3.173	Materiais de uso e consumo	(2)	(8)			
Imp. sobre a Renda pessoas Jurid. - IRPJ	1.884	1.884	Custos Gerais	(242)	(15)			
Contribuição social sobre o lucro líq. - CSLL	629	629	Custo com obras consorciadas	(0)	(231)			
Imp. sobre Serv. Qualquer Natureza - ISS	151	154		(928)	(2.062)			
Tributos diferidos			14. Despesas adminstrativas					
Programa de integração social - PIS	378	52		2022	2021			
Cont. p/ o Financ. Segur. Social - COFINS	1.742	241	Mão de obra	(208)	(170)			
Contribuição CPRB	756	756	Serviços de terceiros	(2.543)	(3.120)			
	24.211	35.348	Materiais de uso e consumo	(48)	(58)			
Circulante	8.076	9.970	Despesas Gerais	(117)	(618)			
Não Circulante	17.960	25.378		(2.916)	(3.966)			
12. Receita operacional líquida - A receita líquida apresentada na Demonstração de Resultados do Exercício foi formada com base na Receita Operacional Bruta Deduzida dos Encargos diretamente descontados sobre a mesma, conforme abaixo demonstrada:								
	2022	2021	16. Remuneração dos executivos - A remuneração dos executivos é composta por pró-labore.					
Receita operacional bruta	50.000	4.468	17. Cobertura de seguros (não auditado) - A Companhia contratou seguros para proteção de seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.					
Deduções da receita bruta	(1.845)	(85)						
Receita operacional líquida	48.155	4.383						
15. Resultado Financeiro								
	2022	2021						
Despesas Financeiras								
Juros	(13)	(322)						
Outros	(4)	(6)						
	(17)	(328)						
Receitas Financeiras								
Juros	2.771	401						
Descontos Obtidos	9	2						
Outros	73	1						
	2.853	404						
Resultado Financeiro líquido	2.836	76						

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da EIT Construções S.A.
Jaguaruana - CE.

Opinião com ressalva - Examinamos as demonstrações contábeis da EIT Construções S.A. (Em recuperação judicial), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EIT Construções S.A. (Em recuperação judicial), em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro. **Base para opinião com ressalva** - Não houve condições de concluir nossos exames de auditoria mesmo através de procedimentos alternativos sobre os valores constantes, em 31 de dezembro de 2022, nas seguintes contas contábeis: "Contas a receber de clientes" R\$ 36.112 mil, "Direitos sub-rogados a receber" R\$ 38.860 mil e "Ativo intangível" R\$ 38.613 mil, assim

assim como, dos possíveis efeitos que poderiam advir no resultado do exercício e, consequentemente, no patrimônio líquido da Companhia, caso fosse efetuado algum ajuste na contabilidade. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossa responsabilidade é a de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas por base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamentos sempre mantendo absoluta cautela profissional no decorrer da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos a possibilidade de riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, atentando sempre para as evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco da auditoria não detectar distorção relevante causada por fraude é maior do que proveniente de erro, considerando que a fraude pode resultar do ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis adotadas e utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, se existe incertezas significativas relacionadas a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvidas significativas relacionadas à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtida até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das divulgações das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência da auditoria e comunicamos eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Fortaleza (CE), 16 de junho de 2023

Geraldo Cabral Rôla Filho - Diretoria
Romélia Maria Pinto Rôla - Diretoria

Juliana Aguiar Bezerra Esteves - Contadora
CRC-CE 015482/O-9